

## DIVERSIDADE SEXUAL, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO: NOVOS PARADIGMAS PARA SE PENSAR SOBRE A QUESTÃO

*Hugues Costa de França Ribeiro*<sup>1</sup>

SEXUAL DIVERSITY, PREJUDICE AND DISCRIMINATION: NEW PARADIGMAS FOR THINKING THE ISSUE.

**Resumo:** O artigo apresenta um panorama das dificuldades que se colocam para que diferentes disciplinas possam dialogar para favorecer a compreensão da construção da sexualidade em sua complexidade, de um modo geral, e suas implicações para a questão do enfrentamento dos preconceitos e discriminação diante da diversidade sexual (LGBT). Revisita a teoria dos “roteiros sexuais” de Gagnon e Simon (1973) e esboça uma visão geral sobre os pressupostos que fundamentam a “Teoria Queer”, com destaque para os autores que a influenciam, na busca de uma nova postura epistemológica para que se possa produzir um novo enquadramento para a questão do preconceito e da discriminação em relação à diversidade sexual.

**Palavras-chave:** Diversidade Sexual. Preconceito. Discriminação. Teoria dos Roteiros Sexuais. Teoria Queer.

**Abstract:** The article presents an overview of the difficulties that arise for different disciplines can talk to promoting understanding of the construction of sexuality in all its complexity, in general, and its implications for the issue of confronting prejudice and discrimination on sexual diversity (LGBT). Reviews the theory of "sexual scripts" Gagnon & Simon (1973) and outlines an overview of the assumptions underlying the "Queer Theory", highlighting the influence that the authors in search of a new approach to epistemological that one can produce a new framework for the issue of prejudice and discrimination against sexual diversity.

**Keywords:** Diversity Sexual. Prejudice. Discrimination. Theory of Sexual Script. Queer Theory.

Ao iniciarmos a incursão sobre o tema desse artigo, faz-se necessário revisarmos alguns conceitos que ajudarão no desenvolvimento de algumas reflexões sobre assunto que tem sido alvo de atenções da mídia escrita e televisiva na atualidade, que seria a explosão de incidentes de violência noticiados no ano de 2010 direcionado a grupos que compõem o que se designou identificar como diversidade sexual (sobremaneira aos homossexuais masculinos) em cidades brasileiras (especialmente nas duas maiores metrópoles do país, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro).

---

<sup>1</sup> Prof. Assistente Doutor da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP de Marília - SP; Diretor Científico do Centro de Estudos e Pesquisas em Comportamento e Sexualidade - CEPCoS – SP; Líder do Grupo de Pesquisa Estudos Sobre as Sexualidades – GPESS – UNESP de Marília – SP; e-mail: [hugues@uol.com.br](mailto:hugues@uol.com.br)

Apesar da violência física e psicológica não ser assunto recente em nosso país, contra os LGBT como mostram as estatísticas nacionais, (CARRARA; FACCHINI; SIMÕES; RAMOS, 2006; CARRARA; RAMOS, 2005; MOTT; CERQUEIRA; ALMEIDA, 2002; MOTT, 2000) ainda são subavaliadas acreditam os estudiosos sobre o tema. No Brasil, a estatística de assassinatos de homossexuais computada pelo Grupo Gay da Bahia, desde ano de 1993, só registra os homicídios que tiveram visibilidade na imprensa, já que não existem estatísticas oficiais. As pesquisas recentes realizadas nas Paradas LGBT, em todo o país, permitem a realização de uma nova radiografia de diferentes aspectos do preconceito e da discriminação vividos por essas pessoas. O grupo Gay da Bahia chama a atenção de que a cada dois dias um homossexual é assassinado no Brasil.

De acordo com os dados da ONG SaferNet, entidade que monitora crimes e violações aos Direitos Humanos na internet, as denúncias de conteúdo homofóbico renderam 4.983 queixas nos primeiros nove meses de 2010, 88% a mais do que no mesmo período de 2009.

### **O conceito de paradigma e suas implicações na teorização**

Quando investigamos o conceito de paradigma, constatamos que ele é mais do que um conjunto de ideias, é um conjunto de práticas sociais estáveis (inclui narrativas específicas) que entra em ação quando é definido um problema de determinado tipo, apropriado para uma certa disciplina (GAGNON, 2006, p.314). Desse modo ele transcende a um conjunto de práticas individuais sociais que caracteriza uma coletividade permanente de atores.

A formação que compartilhamos em determinadas áreas do conhecimento (medicina, psicologia, ciências sociais, antropologia, educação, etc.) acabam nos moldando, como membros de uma determinada disciplina, que nos conduz a compartilhar suas regras, principalmente, entre outras, o embasamento de suas explicações (Kuhn, 1970 *apud.* GAGNON, 20006). Desse modo, os membros de uma dada disciplina compartilham entre si em seminários, publicações, apresentações em congressos a legitimação, a reafirmação de regras dessa disciplina, e através desse processo mantém o que Fleck (1979/1935 ) chamou de uma “coletividade de pensamento”, marcada por um “estilo de pensamento” característico.

Por mais que essas disciplinas sejam necessárias ao que poderíamos chamar de ciência normal (com suas regras e critérios para a descrição e busca de soluções para um problema), temos de tentar resistir a este enquadramento quando pretendemos construir um tipo específico de problema a partir de um distúrbio difuso (GAGNON, 2006, p.315). Quando definimos um distúrbio como um problema apropriado para uma determinada disciplina o que ocorre?

“(…) há uma estreitamento significativo das possibilidades de pensamento. Assim, nos momentos iniciais, à medida que um distúrbio é transformado num problema, convém que se faça uma pausa. Um eminente teorizador e pesquisador de campo na ecologia, um campo que se assemelha a sociologia pelo caráter fundamentalmente histórico de seu objeto de estudo, disse certa vez, que a maneira proveitosa de pensar nas perturbações era análoga a desatar um nó numa corda. Disse ele: o melhor procedimento é pegar o nó e sacudi-lo delicadamente, e o pior seria puxar agressivamente as pontas” (ibid. p.315).

Aconselha-se, com base na metáfora citada anteriormente, quando nos defrontamos com um problema, não agirmos de forma precipitada (puxando agressivamente as pontas) ao interpretarmos o problema de maneira simplificada, pois é o complexo que necessita de explicação, e nem sempre é possível remontar o complexo a partir de suas partes simplificadas ou em relações primitivas (BURKE, 1974).

Como Gagnon (2006) enfatiza:

O processo de desatar o nó sacudindo-o delicadamente, ou em resistir ao impulso de interpretar um problema complexo em termos simples, não produz “teorias”, mas efetivamente expressa atitudes ou posturas perante o que nos é apresentado como “problemas” que precisam de teorização... (..) Portanto o primeiro passo num processo de teorização ou resolução de problemas é dar um passo atrás e desvincular-se da definição do problema tal como esta se oferece a princípio (p.317).

A área da sexualidade nos últimos dois séculos tornou-se um campo de saber-poder de diferentes discursos científicos e religiosos. Diversas disciplinas pretendem ditar-lhes as regras, sugerir propostas para a compreensão de fenômenos complexos, pela ótica, muitas vezes, de explicações reducionistas. Entre essas podemos citar a medicina (mas especificamente a psiquiatria), a psicologia, a sociologia, a sociobiologia, as neurociências entre outras. Há uma disputa pelo poder-saber que de tempos em tempos parece oscilar de uma área para outra (FOUCAULT, 1988). Como destaca Vance (1995):

Os trabalhos que têm sido realizados sobre a história da construção da sexualidade na sociedade moderna mostram que a sexualidade é uma área simbólica e política ativamente disputada, em que grupos lutam para implementar plataformas sexuais e alterar modelos e ideologias sexuais. O crescimento do interesse estatal em regular a sexualidade (e o correspondente declínio do controle religioso) transformou, nos séculos

XIX e XX, as áreas legislativa e de políticas públicas em campos particularmente atraentes para as lutas políticas e teóricas em torno da sexualidade (p.15)

Além da disputa, geralmente, não costuma acontecer à possibilidade de se prestar a atenção em contribuições de outras disciplinas, que seriam necessárias para a compreensão de fenômenos complexos na área da sexualidade, principalmente no terreno das atuações práticas cujos resultados dependem do que poderíamos chamar de uma “visão holística”. Costumamos fecharmo-nos em torno de “um disciplinamento” que recebemos em nossa formação, como já enfatizamos. Esse disciplinamento é sempre reforçado em encontros profissionais, diferentes cursos de pós-graduação (cursos de aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado), em congressos, em seminários, em simpósios, etc.

### **A sexualidade e as dificuldades que se colocam com base nos paradigmas**

A complexidade da construção da sexualidade de cada pessoa aponta para múltiplas variáveis que interferem nesse processo. Para melhor compreendermos essa construção urge uma atenção à contribuição de diferentes disciplinas com seus saberes no que ficou conhecida por abordagem “interdisciplinar”, que hoje está sendo substituída pela “transdisciplinar”.

Apesar da ênfase, quase unânime, entre estudiosos e pesquisadores da área que a sexualidade para ser mais bem compreendida em seus diferentes aspectos, necessita da abordagem interdisciplinar (ou até transdisciplinar), algumas ideias centrais que compõem os paradigmas de uma dada disciplina funcionam dificultando o diálogo produtivo na tentativa de compartilhamento de explicações e de novas propostas de intervenção, de modo a favorecer, por exemplo, no caso de nosso interesse nesse artigo, o combate ao preconceito e a discriminação contra os grupos que fazem parte da diversidade sexual.

Recentemente surgem novas formas de se compreender diferentes aspectos da diversidade sexual, que introduzem a proposta de um novo enfoque epistemológico, como é o caso da Teoria Queer, que exploraremos adiante e que implica em novos *insights* para a compreensão e construção na pós-modernidade da diversidade sexual na sociedade ocidental. Ou ainda o revisitar outras construções teóricas que passaram despercebidas, principalmente, por profissionais com formação na área da Medicina e Psicologia.

Advertimos que partimos do pressuposto que a melhor maneira de compreender a sexualidade é como um fenômeno social e histórico, construído com base nas relações de poder (FOUCAULT, 1988) e através de mudanças ocasionadas pelas transformações históricas nas questões de gênero nas sociedades modernas (GIDDENS, 1993).

### **Revisitando propostas para a compreensão do fenômeno sexualidade**

Aqui iremos destacar algumas contribuições teóricas de outras áreas que não a Psicologia e a Medicina, que passaram quase que despercebidas e não receberam a devida atenção. Ouso afirmar que tenho observado que a Filosofia, a Antropologia e a Sociologia têm elaborado construções teóricas e reflexões mais interessantes para a compreensão da sexualidade e da diversidade sexual. Antes faremos algumas colocações para contextualizar essas teorias, tendo sempre como pano de fundo suas implicações para a questão da diversidade sexual.

### **Um problema antigo, mas persistente na atualidade**

Apesar de muitos estudiosos da área da sexualidade destacarem que a discussão de afirmação da oposição entre Teoria Essencialista versus Construcionismo Social estar ultrapassada, vale a pena resgatar sua importância capital na maneira como podemos entender as interpretações dadas por essas duas correntes acerca da sexualidade e suas manifestações. Os pressupostos que embasam ambos os modelos, podem representar um dos maiores entraves para a troca de conhecimentos entre diferentes disciplinas.

**O Modelo Essencialista** interpreta a sexualidade enquanto um impulso, um instinto, determinado biologicamente, que segue seu curso “natural” que culminará no terreno da prática sexual heterossexual (concomitante com desejo sexual hetero centrado). São defensores desse modelo: Freud (1976/1905), Reich (1979/1929; 1988/1932), Ellis (1946 ) Krafft-Ebing (1998/1886 ) Masters e Johnson (1981, 1997) entre outros.

**O Construcionismo Social** compreende a sexualidade em suas diferentes condutas e significações como fruto de aprendizagem e determinado por influências históricas e socioculturais. São defensores desse modelo: Foucault (1988), Vance, (1995), Weeks (2000), Butler ( 2003, 2000 ), Sedgwick (2007,1985) entre outros.

O Modelo Essencialista foi criticado por Foucault com a publicação de *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Nessa obra afirma que a sexualidade é uma categoria que é construída

como fruto da experiência humana, sendo que sua origem não é biológica e sim histórica, social e cultural. Foucault pode ser apontado como a figura central que forneceu as proposições principais para o delineamento de futuros desdobramentos do Modelo do Construcionismo Social por outros(as) autores(as).

Segundo Spargo (2006) Foucault afirma que a interpretação da sexualidade como natural é uma crença. No entanto, não descarta toda a dimensão biológica, mas prioriza o papel crucial das instituições e seus discursos na construção da sexualidade.

Como o artigo versa sobre a diversidade sexual, cabe ressaltar que Foucault (1988) destaca que a identidade homossexual foi uma criação da medicina do século XIX. A produção discursiva das perversões teve seu auge no século XIX e começo do XX: “Aconteceram neste período uma dispersão das sexualidades, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das perversões. Essa época foi a iniciadora das heterogeneidades sexuais” (p.38).

Foucault (ibid) vai ainda sublinhar que é nessa época que se dá o surgimento da dimensão específica do “contra a natureza” no campo da sexualidade. Todos os que violam as normas são julgados tanto pelo aspecto legal, quanto moral. Os que contrariam as normas apresentam uma espécie de “defeito”, que é interpretado como gerado por uma causa biológica ou nas experiências insatisfatórias da pessoa.

Nas culturas ocidentais existe o preconceito arraigado de que a melhor maneira de compreender a conduta das pessoas socialmente problemáticas é interpretá-la como resultado de algum defeito na origem da pessoa. Esse preconceito vigente na cultura popular também parece incorporado por profissionais de diferentes áreas, pois como membros desta mesma cultura não ficam imunes a tal influência (GAGNON, 2006). Essa crença é transferida para a diversidade sexual (LGBT), mesmo por pessoas que não são homofóbicas.

Acredita-se que esse defeito tem causa biológica, e a busca das origens biológicas do desejo afetivo sexual pelo mesmo gênero, está tão fortemente programada na cultura ocidental, que provas negativas e revisões críticas de inúmeros estudos, que caminham nessa direção, não impedem novas tentativas com este objetivo.

Cabe acrescentar que alguns gays e lésbicas principalmente os que estão engajados no movimento homossexual, anseiam pela localização de causas biológicas para seu desejo homo orientado. Tal tendência parece preocupante, pois se por um lado a descoberta poderia amenizar sentimentos de culpa e sinalizar a desconstrução da interpretação amoral que é dada a homossexualidade, esses ganhos poderiam gerar, em contra partida, prejuízos notórios, basta que lembremos o registro histórico nos anos 30 e 40, da emergência a afirmação do movimento eugenista na Europa.

A busca de uma causa primária para a orientação afetivo sexual homoerótica, não teria interferência para minar a “teoria do defeito”, muito pelo contrário, pode reafirmá-la o que poderia ocasionar formas drásticas de intervenções.

Nesse ponto concordamos com Gagnon (1977, 2006) quando sugere que a postura mais adequada da ciência que deve nortear estudiosos(as) e pesquisadores(as) em relação à diversidade sexual, é o reconhecimento da complexidade na construção do gênero e da preferência do desejo afetivo sexual. Ao se assumir essa atitude, optaremos por um caminho muito mais produtivo em termos científicos, do que buscar as causas seja da homossexualidade ou da heterossexualidade.

O que se deduz das colocações de Foucault (1988) em diversas passagens de sua obra *A História da Sexualidade I: a vontade de saber*, é que os que se orientam pela teoria essencialista almejam a busca o desejo do eterno, do universal, de verdades absolutas, uma reedição do pensamento social vigente no século XVIII. A colocação muito pertinente de Califia (1983, *apud* GAGNON, 2006) é lapidar:

“(…) a sexualidade é socialmente construída. (...) se modifica com o tempo, com a cultura circundante. Um século atrás, não havia nada que se assemelhasse a um clone do Castro, uma feminista lésbica ou um Kinsey 6 e, daqui a cem anos, esses tipos estarão extintos quanto os uranistas” (p.178).

### **A teoria dos roteiros sexuais de Gagnon e Simon (1973) e sua contextualização em relação à diversidade sexual**

Como destaca Gagnon (2006) pode ser identificada uma homofobia científica tradicional ao se tratar da questão da homossexualidade. Inicia-se nos anos 60, mas ainda era marcante no final dos anos 80 e nos 90, a presença de defensores na crença das origens biológicas da homossexualidade ocasionada por causas genéticas, hormonais, por vivências infantis em

determinadas fases do desenvolvimento psicosssexual, por influência na ordem de nascimento, no estresse pré-natal experimentado pela mãe, diferenças comparativas entre homossexuais e heterossexuais em determinadas estruturas do SNC, etc. que produziriam isoladas ou combinados com outros fatores à atração pelo mesmo gênero nas relações afetivo sexuais em pessoas adultas. Em função de adotarem esse paradigma, muitos pesquisadores buscavam em suas pesquisas as causas das origens patológicas da homossexualidade (BIBIER, DAIN, DICE et al, 1962; ELLIS, 1965; DÖRNER, 1968; SOCARIDES, 1969, 1991, 1995; DÖRNER.G.; RHODE,W.; STHAL,F; KRELL,L, 1975; FRIEDMAN; WOLLESEN; TENDLER, 1976; GORSKI, R.A.; GORDON,J.H.; SHRYNE, J.E.; SANTHAM, A.M. ,1978; DORNER; GEIER, T.; AHRENS et al , 1980; KENNEL; KLAUSS, 1982; WHITMAN,1983; MEYER-BAHLBURG, 1984; MONEY; SCHWARTZ; LEWIS, 1984; PATTATUCCI; HAMER, 1985; GREEN, 1987; KONRAD,1987; ALLEN; HINES; SHRYNE; GORSKI, 1989; BAILEY; PILLARD, 1991; LE VAY, 1991; HAMER; HU STELLA; MAGNUSON; HU NAN; PATTATUCCI, 1993; LE VAY; HAMER, 1994; BLANCHARD; BOGAERT, 1996; ELLIS; COLE-HARDING, 2001 ).

O modelo conhecido como Construcionismo Social, defende a o pressuposto de que o desejo por pessoas do mesmo gênero (podendo-se também usar a expressão “desejo pelo mesmo sexo” – criticada por alguns de seus adeptos que acreditam que a expressão teria um viés ligado a Teoria Essencialista.) é determinado pela influência cultural e histórica (GAGNON; SIMON, 1973, GAGNON, 2006; WEEKS 2000; VANCE, 1995).

A popularização da Teoria do Construcionismo Social implica em atestarmos que vários autores empregam o termo “construção social” de diferentes maneiras. Em comum todos rejeitam as definições de diferentes aspectos da sexualidade extensivas a diferentes culturas e épocas (VANCE, 1995). Por outro lado, os autores que se denominam “construcionistas” divergem quanto ao que poderá ser construído (identidades sexuais, práticas sexuais, orientação do desejo afetivo sexual). Alguns adotam uma postura que poderia ser identificada como “radical”, considerando que tudo que diz respeito à sexualidade é construído socioculturalmente, até mesmo a orientação do desejo afetivo sexual.

Na sua perspectiva mais radical, a teoria construtivista está disposta a considerar que o próprio desejo sexual é construído pela cultura e pela história a partir das energias e capacidades do corpo, não existindo, portanto a ideia de “impulso sexual”, “pulsão sexual” ou “apetite sexual” essencial e indiferenciado, presente no corpo devido ao funcionamento e sensações fisiológicas (ibid. p.17).

A postura radical contrasta com a “moderada”, pelo fato dessa vertente aceitar a existência de um desejo inerente à pessoa independente da influência da cultura, mas que se constroem através de condutas, identidades, escolha do objeto afetivo sexual, etc.

Apesar de algumas diferenças, as duas vertentes compartilham a ideia de que as condutas sexuais fisicamente idênticas podem ter importâncias e significados sociais na dependência da influência de diferentes culturas e períodos históricos. Data dos anos 70 a emergência de estudiosos e pesquisadores que se propõem em pensar a sexualidade como uma construção social.

Na defesa da justificativa da escolha do Construcionismo Social como teoria para a compreensão de diferentes aspectos da sexualidade, enfatiza-se que a preferência afetivo sexual pode não se manter no decorrer da vida, tendo como uma de suas características a instabilidade, além do que, como aponta Foucault (1988), nem todas as preferências sexuais são reativas ao gênero, podendo ser raciais, étnicas, em matéria de beleza, etc.

O modelo conhecido como Interacionismo Simbólico, desenvolveu a ideia de que a construção de nossa sexualidade passa pela construção de Roteiros Sexuais (GAGNON; SIMON, 1973; GIOLA; GREEN; HELLMAN, 1984). A ideia dos roteiros para orientar a construção da sexualidade das pessoas, parece uma proposta bastante interessante, já que remonta a uma preocupação em nível individual (micro), enquanto a contribuição de Foucault nos permite uma visão macro, de como o poder-saber veiculado pela ciência e pelas instituições elaboram normas, legitima certas forma de exercício da sexualidade e patologizam outras. Além de demonstrar como o poder se apropriou da sexualidade para a produção de verdades absolutas, cujos interesses sempre foram políticos, sociais e econômicos.

A teoria da roteirização surge no final dos anos 60 e início dos 70, tendo como objetivo mais amplo a reformulação de ideias importantes sobre o sexual, e defende a rejeição de algumas concepções tradicionais da sexualidade (que alicerçam a teoria essencialista) e propõe interpretações alternativas. Pode-se dizer ser uma das pioneiras no enfoque que ficará conhecido como construcionismo social, antecipando a visão do pós-modernismo das ciências sociais e do comportamento (GAGNON; SIMON, 1973; GAGNON, 2006).

Fundamenta-se para suas proposições na maneira como a conduta sexual é aprendida, pela reconceptualização de alguns pressupostos: a) a sexualidade não é um fenômeno universal, não

sendo idêntica em diferentes culturas e épocas históricas; b) não se podem interpretar suas manifestações e significados atribuídos como simples respostas a um determinismo biológico; c) todos os tipos de condutas sexuais devem ser entendidos como fenômenos locais, situados e datados; d) os sentidos, significados e propósitos das condutas sexuais são específicos de um dado contexto histórico cultural; e) as ciências que estudam a sexualidade são produtos culturais históricos (GAGNON, 1975); o conjunto de explicações, técnicas que compõem os paradigmas da iniciação científica são fenômenos culturais de modo que o mundo não pode ser objetivamente examinado e todo cientista tem um conjunto de interesses e maneira de interpretar o mundo que sofre a influência de sua participação em uma comunidade científica específica e numa cultura mais ampla baseada na ciência (GAGNON, 2006).

Com base nesses pressupostos pode-se inferir que tanto a sexologia (enquanto ciência que estuda a sexualidade), a heterossexualidade e a homossexualidade são fatos sociais inventados, fruto de mudanças que podem ser observadas nos últimos duzentos anos, e que os pesquisadores divulgam através de publicações, da exposição nas mídias, até que possam se tornar do domínio do grande público.

O conceito de roteirização proposto por Gagnon e Simon (1973, p.17) implica em admitir que a conduta sexual envolve um roteiro cognitivo organizado, sendo que é ele quem guia os passos para o desempenho sexual, até mesmo para reconhecer que uma situação é potencialmente sexual, incluindo todos os aspectos envolvidos no comportamento sexual (como por exemplo identificar os sinais fisiológicos, associados a excitação sexual e ao prazer sexual). Para a elaboração desse roteiro individual, os conhecimentos necessários envolvem a interação complexa entre a pessoa e o contexto. Segundo postula a teoria, o comportamento sexual recebe mais influência do contexto sociocultural do que de estados internos (GAGNON, 2006).

Os roteiros ao se construírem implicam: (a) no aprendizado do significado dos estados internos; b) na organização da sequência de atos especificamente sexuais; c) na decodificação das situações novas; d) no estabelecimento de limites para as repostas sexuais e e) na vinculação de sentidos provenientes de aspectos não sexuais da vida à experiência especificamente sexual (GAGNON: SIMON, 1973).

Os roteiros sexuais em seu funcionamento dependem de três níveis que em interação permitem a coordenação das condutas sexuais para as situações cotidianas ou para as novas. O “nível interpessoal” permite que o roteiro possa ser acionado em situações de interação sexual, nesse caso o ator atende as expectativas de outras pessoas; nesse nível o roteiro tem como base a aceitação e utilização de padrões contínuos de comportamento social estruturado.

O “nível intrapsíquico” representa o conteúdo na vida mental e resulta, em parte, do conteúdo dos cenários culturais (o terceiro nível que será descrito adiante) e das demandas da interação (nível interpessoal) e em parte não. Os roteiros intrapsíquicos regulam e organizam mentalmente nossas ações em termos semelhantes a projetos e esquemas na proximidade de uma interação. São nesse nível que são pensados os problemas que resultam quando temos de ligar o significado (cenário cultural) à ação (a interação social). [GAGNON, 2006].

Antes de abordarmos o terceiro nível, é preciso enfatizar que na vida social, os três níveis de roteirização apresentam uma interação dinâmica. A pessoa tem a possibilidade na vida mental privada de trabalhar com os roteiros interpessoal e cultural, a fim de criar alternativas inovadoras. O material dos cenários culturais é importado para os roteiros intrapsíquicos e a pessoa pode se ver nos papéis de ator, crítico e revisor de suas condutas sexuais.

Cabe ainda destacar nas palavras de Simon e Gagnon (1986):

A interação entre os níveis de roteirização têm dimensões históricas, culturais e individuais. Nesse sentido em muitas situações (em contextos sociais aparentemente mais tradicionais) os cenários culturais, raras vezes, preveem o comportamento real. Eles são muito genéricos, em termos abstratos, havendo a necessidade de criação de roteiros interpessoais, que transforma o ator em alguém que deixa de ser exclusivamente um ator treinado em seu papel ou papéis, e lhe acrescenta a tarefa de ser um ator ou um adaptador parcial dos roteiros (p.98-99).

O terceiro nível o Cenário Cultural, foi definido posteriormente a partir das análises iniciais das representações de sexo explícito ou da pornografia. A literatura e os filmes pornográficos e agora também a internet (não analisada pelos autores na época), apesar de terem uma influência limitada; oferecem pistas sociais do que era apropriado para obtenção de excitação e do prazer sexual. Os autores atestaram que além do material pornográfico, existiam instruções culturais (cenários culturais) sobre a sexualidade presentes na literatura científica e que instruções estavam também disseminadas na organização das instituições sociais e nas práticas cotidianas dessas organizações (família, escola, Igreja, organizações empresarias, universidade, na medicina, etc.) [ROBERTS, 1980].

É interessante observar, com implicações dignas de nota para a compreensão de como os grupos que compõem a diversidade sexual na contemporaneidade podem construir seus roteiros sexuais, de que existe uma complexa relação entre os três níveis e que esta difere em diferentes culturas, épocas, mas também dentro de subculturas e entre indivíduos (GAGNON, 2006).

É inegável que a teoria dos roteiros sexuais pode ser fonte de pesquisa e propiciar informações significativas em diferentes aspectos das vidas da população LGBT, visando à implementação de programas para favorecer o aumento da qualidade de vida o combate ao preconceito, à discriminação e a possibilidade de se livrarem de conflitos que podem desembocar em comprometimento de sua saúde mental e sexual.

Nesse sentido muitos trabalhos pesquisa foram realizados em outros países mostrando que transformações sociais e políticas pós- Stonewall (principalmente gays e lésbicas) tiveram repercussões no nível do panorama cultural tais como: o estímulo ao orgulho gay, à criação das comunidades gays nos grandes centros urbanos e o clima de acolhimento, a veiculação na mídia de assuntos ligados a diversidade sexual, sobremaneira com o espaço conquistado durante as fases iniciais da epidemia da AIDS. Esses acontecimentos influenciaram a organização dos roteiros intrapsíquicos das pessoas que pertenciam ao grupo LGBT, culminando como a atitude política de “sair do armário”, em que a afirmação da visibilidade pode ter consequências positivas sobre a autoestima, tornando-se uma das frentes de luta contra o preconceito e a discriminação.

Do ponto de vista de poder minimizar o conflito dessas pessoas diante de um cenário cultural que transmite na educação das crianças mensagens negativas acerca da homossexualidade, pode ser útil aos psicoterapeutas, investigarem como esses roteiros se organizam, como no nível intrapsíquico, se dá o confronto entre o cenário cultural (os roteiros culturais internalizados) e os roteiros interpessoais.

Cabe ainda destacar que gays e lésbicas na construção de seus roteiros são fortemente influenciados pelo cenário da subcultura gay, já que, ainda hoje, a frequência a determinados locais (bares, discotecas, clubes de sexo, saunas, etc.) costumam fazer parte do processo de consolidação de suas identidades. A investigação da influência desse cenário da subcultura na área da sexualidade é de interesse de pesquisadores e de profissionais que atuam em diferentes setores.

Estar a par dessa dinâmica e das transformações no cenário da subcultura gay, pode ajudar muito para que se possa atuar junto aos conflitos gerados por valores veiculados nessa subcultura como, por exemplo, o preconceito e a discriminação dos gays afeminados e das lésbicas masculinizadas, a rejeição de gays que começam a envelhecer (o culto da juventude como algo de importância fundamental no jogo da sedução e na possibilidade de atração entre parceiros). [ERIBON, 2008].

No entanto carecemos de resultados de pesquisa em número suficiente realizadas em nosso país, que retratem como as transformações no cenário cultural mais amplo, e no cenário da subcultura gay, repercutem na organização dos roteiros sexuais de grupos que fazem parte da diversidade sexual.

Partamos agora para a investigação de novos paradigmas elaborados pela Teoria Queer.

## **Teoria Queer**

### **O que é a Teoria Queer?**

A teoria queer não é um quadro de referência singular, conceitual ou sistemático, mas um grupo de intelectuais que compartilham alguns compromissos para uma nova leitura das relações entre sexo, gênero e desejo sexual.

A escolha do adjetivo tem uma conotação de contestação, pois se referia a um xingamento, que significa estranheza, raridade, desvio, anormalidade; ou uma palavra alternativa escolhida por alguns setores da comunidade de homossexual, que criticavam a utilização, quase universal no Ocidente, do termo gay que era considerado como uma referência a uma proposta normalizadora de enquadramento em padrões sociais vigentes e expressam a demanda das pessoas por reconhecimento (MISKOLCI, 2009).

Como sintetiza Spargo (2205):

O termo descreve um leque diverso de práticas e prioridades críticas: leituras da representação do desejo pelo mesmo sexo em textos literários, filmes, música e imagens; análise das relações de poder sociais e políticas da sexualidade; críticas do sistema sexo-gênero, estudos de identificação transexual e transgênero, de sadomasoquismo e de desejos transgressivos (p.8).

Surge como uma crítica ao pensamento vigente na sociologia canônica, que em seus estudos sobre as sexualidades não-hegenônicas (grupos que compõem a diversidade sexual) tinham como tendência reforçar e naturalizar a heteronormatividade. Seu local de origem é os EUA, no final

dos anos 80, nos Departamentos de Filosofia e Crítica Literária, onde seus primeiros teóricos criticavam a supremacia de pressupostos normalizantes que embasavam os estudos sócio-antropológicos da sociologia canônica (MISKOLCI, 2009).

### **Influências teóricas que servem de pressupostos para a Teoria Queer**

A Teoria Queer pode ser vinculada a algumas vertentes do pensamento ocidental contemporâneo, que ao longo do século XX, questionaram as noções clássicas de sujeito, identidade, de agência e de identificação (LOURO, 2004).

### **Michel Foucault**

Michel Foucault pode ser considerado um dos autores mais influentes nos pressupostos que dão sustentação a Teoria Queer. Em sua publicação *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (1988/1976), sem desconsiderar outras de suas obras (que também abordam a temática da exclusão dos indesejados pela sociedade por meio de diferentes mecanismos), apresenta muitas interpretações que servem de sustentação para os teóricos queer.

Nessa obra desenvolve a descrença na “hipótese repressiva”. Questiona se a característica verificada no Ocidente nos últimos duzentos anos, seria de fato a repressão sexual. Defende e fundamenta com suas pesquisas a ideia de que, ao contrário, ocorreu uma incitação para que dela se falasse, através da colocação da sexualidade em discurso. A sociedade ocidental caracterizou-se pela produção de discursos em diferentes áreas.

Foucault (ibid.) destaca ao analisar esses diferentes discursos (com ênfase no discurso da Medicina) como foram produzidos, gerando a multiplicação de classificações e a criação de tipos diversos de sexualidades, acompanhado de mecanismos para suas regulações. Ainda que os dispositivos da sexualidade se apoiem na interdição pela lei, outros mecanismos favorecem a emergência de outras sexualidades. Spargo (2006) nos oferece uma definição precisa do que seria “o discurso” em Foucault:

Na teoria foucaultiana “discurso” não é apenas uma outra palavra para “fala”, mas uma prática material historicamente situada que produz relações de poder. Os discursos existem no âmbito de instituições e grupos sociais, apoiando-os, e são ligados a saberes específicos. Assim, o discurso da medicina produz práticas, saberes e relações de poder particulares. (Notas/sem página).

Foucault (1988) vai fornecer uma das bases teóricas de sustentação cruciais para a teórica queer em sua versão para a *História da Sexualidade*, que seria a “construção discursiva da sexualidade”.

Nessa linha de raciocínio afirma que a homossexualidade é uma categoria moderna, cuja criação parece datar de 1870, logo deve ser vista não como uma “identidade descoberta”, mas como uma “categoria de saber construída”. Os teóricos queer propõem novos enfoques epistemológicos para se investigar como a homossexualidade foi construída como uma categoria não legitimada de exercício da sexualidade.

Toda a análise tanto da homossexualidade quanto da heterossexualidade deve ser realizada como um “produto cultural” mediante uma análise histórica, já que é uma criação, não se podendo analisá-las apenas influenciada pela biologia.

### **Jacques Derrida**

Filósofo francês de origem argelina fornece para a teoria queer outro pressuposto fundamental que é a proposta da “análise desconstrutivista”. O adjetivo “desconstrução” escolhido por Derrida, não se refere metaforicamente a extinção, por abaixo; mas a proposição de um novo enfoque epistemológico, uma nova forma de “conhecimento”, quando a lógica ocidental opera segundo o “binarismo” (DERRIDA, 1973; WOLFREYS, 2009).

Derrida destaca que fomos captados para conceber homossexualidade e heterossexualidade como polos opostos; além de veicular a ideia de que a pessoa heterossexual é figura central, e dessa posição passa a determinar o lugar do outro, em oposição, como subordinado e inferior. Produz-se então uma hierarquização, com base na lógica de uma entidade superior que serve de parâmetro para inferiorizar as demais.

Na proposta de uma nova forma de desconstruir essa hierarquização evoca a “noção de suplemento”, ou seja, enfatiza que não há a oposição consagrada entre hetero e homossexualidade, e sim uma dependência, pois ambos os polos necessitam do outro para poderem existir. O suplemento para a existência do heterossexual seria o homossexual, que na verdade não é uma categoria adicional a heterossexual, pois depende desta para existir.

Através da “desconstrução” das oposições binárias, ficaria notória a interdependência e a fragmentação de cada um dos polos (LOURO, 2004). Cada polo não existe em separado do outro, mais especificamente carrega vestígios do outro.

Cabe aqui uma alusão a essa proposta de Derrida, através dos trabalhos desenvolvidos por Sedgwick (1985, 2007), que se não apontam uma saída para a oposição binária, sugerem como novas análises as maneiras como foram instituídos os enormes privilégios nos discursos para a heterossexualidade, pela imposição compulsória da “heteronormatividade” e da estigmatização da homossexualidade. Sedgwick (1985) aponta como na educação dos homens estão presentes interações sociais que estimulam a hostilidade e a aversão à homossexualidade.

### **Judith Butler**

É considerada uma das referências teóricas mais importantes da Teoria Queer. É filósofa pós-estruturalista estadunidense, pertencendo ao Departamento de Retórica e Literatura Comparada da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Butler (2000, 2004) apoiando-se nas contribuições de Foucault, vai com suas proposições reafirmar o caráter discursivo da sexualidade, podendo-se ser considerada uma teórica que amplia a visão do papel dos discursos na construção das sexualidades, aplicando-o na construção dos gêneros, a partir da constatação de como os discursos produzem a “significação dos corpos”.

Nessa linha de argumentação vai apresentar novas proposições acerca da sequência imposta para sexo-gênero-sexualidade. Contesta a visão essencialista dominante de que um determinado sexo (corpo biológico- macho ou fêmea) vai determinar um gênero (masculino ou feminino), e um desejo afetivo sexual (dirigido ao sexo oposto). O determinismo biológico é posto em xeque, postulando que a linguagem vai veicular significações para os corpos, que passam a incorporar suas representações, sempre fundamentadas em normas.

Nesse processo de construção apropria-se do conceito de “performatividade” que toma emprestado da linguística, ao afirmar que a linguagem que se refere aos corpos ou ao sexo, não realiza apenas uma descrição e constatação desses corpos, mas no momento da nomeação os constrói (BUTLER *apud*. LOURO, 2004).

A afirmação da suposta coerência da sequência tem como objetiva a normatização da vida das pessoas e define a forma “normal” de viver os gêneros e por meio da imposição também de um tipo normal de família, sustentada sobre a reprodução sexual e a heterossexualidade (ibid. 88).

Fica implícita nessa política, uma rejeição ou “não lugar” para os que não seguem a sequência. Homens e mulheres que escapam da sequência costumam pagar um preço alto, e acabam sendo

estigmatizados (como no caso dos homossexuais ou outros grupos que compõem a diversidade sexual), lhes sendo negados uma série de direitos enquanto cidadãos. As uniões homoafetivas não são consideradas, no Brasil, vínculos que pudessem ser enquadrados como famílias e como tal, lhes não negados alguns direitos fundamentais, entre esses a adoção de filhos, a compra de bens em parceria, a tomada de decisões quando a parceria corre risco de vida, etc. No Brasil a justiça tem se adiantado e se adaptado à constatação de novos tipos de famílias, de parcerias, como decisões que estão permitindo que o acesso aos direitos de cidadania possa ser extensivo aos LGBT.

É preciso chamar a atenção como destaca Butler (2003) que na definição de homem e de mulher, de gênero e de sexualidade; estamos sempre ingeridos num contexto cultural que estabelece as normas. A pessoa carrega nesse processo de construção da sexualidade as marcas específicas de uma cultura, a influência de uma época, seus valores, a influencia mais marcante de uma área de conhecimento, já que há uma disputa de poder para ditar padrões de comportamento na área da sexualidade, como já enfatizamos anteriormente.

Cabe ainda destacar que essas nomeações e classificações não se mantêm como universais, são transitórias e passageiras, estando em constante modificação, reconstrução e novas criações. Essas normas não podem ser interpretadas tendo como justificativas aspectos universais determinados pela biologia, elas são invenções socioculturais.

Para que as normas do sexo possam produzir seus efeitos, necessitam serem reiteradas constantemente, em diferentes instituições, por diferentes atores sociais e alicerçados pelo poder de determinadas áreas do conhecimento. Essa necessidade de repetição exaustiva que é destacada por Butler, é o que identifica como o caráter “performativo” da construção das normas de sexo, gênero e sexualidade.

As normas que são reiteradas são as normas de gênero na ótica heterossexual, não havendo espaço para a aceitação de outras opções, outras identidades, outras formas de exercício da sexualidade. A uma compulsão para a imposição da heterossexualidade como norma, o que legitima na pessoa heterossexual uma “posição de sujeito” valorizada, natural, prestigiada, digna de usufruir direitos, etc. Quaisquer outras possibilidades vão ser questionadas quanto a sua legitimidade, tendem a ser inferiorizadas, quando não ainda patolizadas, vistas como

anormalidades. Fica ainda evidente que essa estigmatização, supressão de reconhecimento e negação de direitos é perpassada pela influência do nível socioeconômico, pela classe social e pela raça.

Apesar de toda pressão para a imposição da heterossexualidade como a única forma de expressão da sexualidade legitimada e favorecida; existem corpos que não se ajustam, negam-se ao enquadramento das normas, resistem, rebelam-se e constroem novas possibilidades para o gênero e a sexualidade. Essas pessoas travam uma luta constante pelo direito de existir, e geralmente são marginalizadas, inferiorizadas, vítimas de violência psicológica e até de agressões físicas.

No entanto, essas pessoas desempenham um papel fundamental, pois são as sinalizadoras do limite e da fronteira. São elas que apontam e caracterizam os que são excluídos; outras identidades, as diversas possibilidades de construções de gênero, de outras formas de desejo (BUTLER, 2000). Todas as pessoas acabam por travar um enfrentamento com as normas, alguns as aceitam incontestes, outras não se submetem, subvertem-nas, outros ainda recriam novas possibilidades. Aos(as) dissidentes há um custo alto pago na subversão, mas os esforços despendidos, que não são poucos, para suas legitimações também estão na dependência da circulação do saberes por redes de poder (LOURO, 2004).

### **Algumas sugestões dos teóricos queer para uma nova proposta para estudo da diversidade sexual.**

Entres os teóricos e pesquisadores que poderiam ser identificados como “queers” podemos citar: Steven Seidman, Judith Butler, Eve Kosofsky Sedgwick, Teresa Lauteris, Guacira Lopes Louro, Richard Miskolci, Michael Warner, Gayle Rubin; David M. Halperin e Rosi Braidotti entre outros. Embora possa haver pequenas diferenças nas abordagens teóricas desses(as) autores(as), muito concordam com pontos que destacaremos a seguir.

Embora a maioria não desaprove o que se passou a identificar como “Estudos de Gays e Lésbicas”, consideram que esses estudos embora bem intencionados, acabam por reforçar a posição binária. Consideram mais produtivo defender uma nova epistemologia para o estudo da diversidade sexual, que objetiva desvelar como diferentes discursos veiculados por uma série de setores, instituições, disciplinas atuam por meio de diversos dispositivos na imposição da heterossexualidade compulsória e da lógica binária. Essa seria a forma mais produtiva para

desfazer as hierarquizações produzidas pela criação de categorias de pessoas, combater a dominação e a exclusão.

São unânimes de defenderem a proposta de Derrida, na defesa da abordagem “desconstrutivista”, que permitiria compreender que a hetero e a homossexualidade estão integradas num mesmo quadro de referência. A implicação de identidade hetero ou homossexual vai sempre implicar na negação de seu oposto. No caso da homossexualidade este outro é sempre visto como um ser inferior, abjeto, anormal. A negação desse outro (o homossexual) faz parte da identidade negada e é essencial como parte constitutiva do sujeito.

O alvo principal político dos estudos queer, não seria dirigir o foco para desvendar preconceitos e discriminações contra os LGBT; considerando-se mais produtivo orientar os esforços para identificar através de que mecanismos e estratégias instalam-se a imposição da heterossexualidade como a categoria central, valorizada, em torno da qual são organizadas as práticas sociais e as relações entre as pessoas.

Para finalizar, no campo educacional alguns estudiosos da teoria queer , no Brasil, discutem a possibilidade de usar os pressupostos dessa teoria para a colocação em prática de um “currículo queer” (LOURO, 2004; SILVA 1999). Esse assunto, devido ao espaço reduzido que ainda resta nesse artigo, será tema de exposição e discussão em publicações futuras.

### **Referências bibliográficas**

ALLEN, L. S., HINES, M., SHRYNE, J. E.; GORSKI , R. A. Two sexually dimorphic cell groups in the human brain. **Journal of Neuroscience** ,n 9, p. 497-506, 1989.

BAILEY, J. M.; PILLARD, R. A genetic study of male sexual orientation. **Archives of General Psychiatry**. v.48, n.1, p.1089-1096, 1991.

BIBIER, I.; DAIN, H.; DICE, P et al. **Homosexuality: a psychoanalytic study**. New York: Basic Books, 1962.

BLANCHARD, R.; BROGAERT, A. F. Homosexuality in men and number of older brothers. **American Journal of Psychiatric**. n.153, p .27-31, 1996.

BLOS, P. **Son and father: before and beyond the edipus complex**. New York: The Free Press, 1985.

BURKE, K. **The philosophy of literary form**. Berkeley: University of California Press, 1974.

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, G. L.(org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-172.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BYNE, W.; PARSONS, B. Human sexual orientation. The biologic theories reappraised. **Archives of Sexual Psychiatric**, v.50, p. 228-239, 1993.

CARRARA, S; FACCHINI, R.; SIMÕES, J.; RAMOS, S. **Política. Direitos, violência e homossexualidade**. 9ª Parada do Orgulho GLBT. São Paulo 2005. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.

CARRARA, S; RAMOS, S. **Política, direitos, violência e homossexualidade**. 9ª Parada do Orgulho GLBT. Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

DALLAS, J. **Desires in conflict**. Eugene, Oregon; Harvest House Publishers, 1991.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DÖRNER, G. Hormonal induction and preventions of female homosexuality. **Journal of Endocrinology**. N.42, p.163-164, 1968.

DÖRNER, G.; GEIER, T.; AHRENS, L. et al. Prenatal stress as possible aetrogenetic factor of homosexuality in human male. **Endocrinology**, v.75, n.3, p.365-368, 1980.

DÖRNER.G.; RHODE,W.; STHAL,F; KRELL,L. A neuroendocrine predisposition for homosexuality in men. **Archives Sexual Behavior**, n.4, p.1-8, 1975.

ELLIS, A. **Homosexuality causes and cure**. New York: Lyle Stuart, 1965.

ELLIS, H. **The psychology of sex**. London: William Heinemann, 1946.

ELLIS, L.; COLE-HARDING, S. The effects of prenatal stress, the use of alcohol and nicotine exposure on human sexual orientation. **Physiological Behavior**. v.74, n.1-2, p.213-226, 2001.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FLECK, L. **The Genesis of a scientific fact**. Chicago: University of Chicago Press, 1979 [1935].

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRIEDMAN, R.C.; WOLLESEN, F.; TENDLER, R. Psychological development and blood levels of sex steroids in male identical twins of divergent sexual orientation. **Journal of Nervous Mental Disorders**, n.163, p.282-288, 1976.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Freud**, v.VII, 1976 [1905].

GAGNON, J. H. **Human sexualities**. Glenview, Illinois: Scott Foresman, 1977.

\_\_\_\_\_ Sex research and social change. **Archives of Sexual Behavior**, n.4, p.111-141, 1975.

\_\_\_\_\_ **Uma interpretação do desejo**. Ensaio sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GAGNON, J.R.; SIMON, W. **Sexual conduct: the social sources of human sexuality**. Chicago: Aldine, 1973.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

GIOLA, D.A.; GREEN, R.; HELMAN, R.E. Scripts in organization behavior. **Academy Management Review**, n.9, p.449-459, 1984.

GORSKI, R.A.; GORDON, J.H.; SHRYNE, J.E.; SANTHAM, A.M.. Evidence for a morphological sex difference within the medial preoptic area of the rat brain. **Brain Research**, n.148, p. 333-346, 1978.

GREEN, R. **The “Sisy Boy Syndrome” and the developmental of homosexuality**. New Haven, CT.: Yale University, 1987.

HAMER, D. H; HU, E.; MAGNUSON, V.; HU, N.; PATTATUCCI, A. M. L. A linkage between DNA markers on the X chromosome and male sexual orientation. **Science**, n.261, p.312-327, 16 of July 1993.

KENNEL, J.; KLAUSS, M. **Parent-infant bonding**. 2ª ed. St. Louis: Mosby, 1982.(32)

KONRAD, J. A. **You don't have to be gay**. New York: Pacific Publishing House, 1987.

KRAFFT- EBING, R. **Psychopathia sexualis**. New York: Arcade, 1998 [1886].

LE VAY, S. A difference in the hypothalamic structure between heterosexual and homosexual men. **Science**, 253, p.1034-1037, 1991.

LE VAY, S.; HAMER, D. H. Evidence for a biological influence in male homosexuality. **Scientific American**, v.270, n.5, p.44-49, May 1994.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MASTERS, W.; JOHNSON, V. **A conduta sexual humana**. 4ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.

\_\_\_\_\_. **Heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MEYER-BAHLBURG, H. Psychoendocrine research on sexual orientation. Current status and future options. **Progress in Brain Research**, n.61, p. 375-398, 1984.

MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, n.21, p.150-182, jan/jun 2009.

MONEY, J.; SCHWARTZ, M.; LEWIS, J.G. Adult erotosexual and fetal hormonal masculinization and demasculinization: 46 XX Congenital Virilizing Adrenal Hyperplasia (CVAH) and 46 XY Androgen Insensitivity Syndrome (AIS) compared. **Psychoendocrinology**, n.9, p.405-415, 1984.

MOTT, L. **Causa mortis: homofobia**. Violação dos direitos e assassinatos de homossexuais no Brasil. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000.

MOTT, L.; CERQUEIRA, M.; ALMEIDA, C. **O crime anti-homossexual no Brasil**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002.

PATTATUCCI, A.M.L; HAMER, D. Development and familiarity of sexual orientation in females. *Archives of Psychiatric*, n.43, p. 808-812, 1985.

REICH, W. **A irrupção da moral sexual repressiva**. São Paulo: Martins Fontes, 1988 [1932].

\_\_\_\_\_. **A revolução sexual**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 [1929].

ROBERTS, E.J. **Children sexual learning**. Cambridge: Ballinger, 1980.

SaferNet. Indicadores - **Central Nacional de Denúncias**. Disponível em:<  
[www.safernet.org.br](http://www.safernet.org.br)>. Acesso em: 03 de janeiro de 2001.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cad. Pagu**. Campinas – SP, n.28, p.19-54, jan/jun.2007.

SEDGWICK, E. K. **Between men**: english literature and male homosocial desire. New York: Columbia University Press, 1985.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade*: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SIMON, W.; GAGNON, J. H. Sexual scripts: permanence and change. **Archives of Sexual Behavior**, n.13, p.97-129, 1986.

SOCARIDES, C.W. **Homosexuality**: a freedom too far. A psychoanalyst answers 1000 questions about causes and cure and the impact of the gay movement on American Society. Phoenix, Az.: Adam Margrave Books, 1995.

SOCARIDES, C.W. Psychoanalytic therapy of a male homosexual. **The Psychoanalytic Quarterly**, n.38, p.173-190, 1969.

SOCARIDES, C.W. **The homosexualities and therapeutic process**. Edited by Charles W. Socarides and Vanick D. Volkan: Madison, Connect: International University Press, 1991.

SPARGO, T. **Foucault e a teoria queer**. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed UFJF, 2006.

VANCE, C. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, v.5, n.1, p. 7-31, 1995.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L.(org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 35-82.

WHITMAN, F.L. Cultural invariable properties of male homosexuality: tentative conclusions from cross-cultural research. **Archives of Sexual Behavior**, v.12, n.3, p.207-226, 1983.

WOLFREYS, J. **Compreender Derrida**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2009.